



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO  
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA  
07 DE FEVEREIRO DE 2017

N.º 04/2017

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª  
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete  
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões nos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



## SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA Pág.

II – ORDEM DO DIA

### ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 – Prestação de Serviços de Assessoria na Área da Informática – Celebração de Contrato na Modalidade de “Contrato de Avença” – Parecer Prévio.....	4
2 – Desafetação de um Troço de 620 m <sup>2</sup> da Estrada Afeta ao Domínio Público que Liga o Lugar de Cabo de Vila ao do Picoto para o Domínio Privado do Município, Destinada à Construção – Freguesia de Fontes.....	9
3 – Desafetação de uma Parcela Dominial para o Domínio Privado do Município, Destinada a Afetar à Construção – Freguesia de Sever.....	10
4 – Freguesia de Fontes – Toponímia da Freguesia de Fontes (Lugares de Soutelo, Póvoa da Serra, Justos, Tabuadelo e Crestelo) .....	12
5 – Reunião de Trabalho da Associação de Município da Rota Estrada Nacional 2 – Autorização da Despesa.....	13
6 – Reunião da Comunidade Intermunicipal do Douro – CIMDOURO – Autorização da Despesa.....	14
7 – Visita sua Excelência Primeiro-Ministro Dr. António Costa – Autorização da Despesa...	14

### DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

8 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal .....	15
--	----

### Serviços de Tesouraria

9 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 13 de janeiro a 02 de fevereiro de 2017.....	15
--	----

### DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

10 – Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes .....	16
---	----



- 11 – Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais e na Defesa do Ambiente –  
Protocolo em Parceria com a Quercus..... 16

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,  
DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

**Serviços da Educação**

- 12 – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – 1º Curso de Formação de  
Professores para a Preservação e Valorização do Douro Património Mundial..... 18
- 13 – Bolsa de Estudo – Ano Letivo de 2016/2017..... 19

**Serviços da Cultura**

- 14 – VIII – Noite de Fados – Autorização da Despesa..... 19

**Serviço de Ação Social**

- 15 – Associação Humanitárias de Bombeiros – Comparticipação Financeira..... 21
- 16 – A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – Pedido de  
Comparticipação Financeira..... 21
- 17 – A UDIPSS – União Distrital das Instituições Particulares Solidariedade Social de Vila  
Real..... 22

**APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO**

- 18 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião ..... 23





**I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**II – ORDEM DO DIA**

**ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Prestação de Serviços de Assessoria na Área da Informática – Celebração de Contrato na Modalidade de “Contrato de Avença” – Parecer Prévio**

----- 1 – Presente à reunião, proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com o disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 10.º e n.os 1 e 2 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, os contratos de prestação de serviços, nas modalidades de contratos de tarefa e avença apenas podem ter lugar quando, cumulativamente: a) se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade a relação jurídica de emprego público; b) seja observado o regime legal da aquisição de serviços; c) seja comprovada pelo prestador do serviço a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social; e inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa. -----

----- Acresce, no entanto, e sem prejuízo dos requisitos referidos, que nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, a celebração daqueles contratos depende, ainda, de prévio parecer do órgão executivo relativamente à verificação do requisito referido na alínea a) do n.º 1 do supra citado artigo 32.º da LTFP, da existência de cabimento orçamental e da inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável, e da demonstração do cumprimento da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro, cujos termos e tramitação são regulados pela Portaria n.º 149/2015, de 26 de Maio. A demonstração do cumprimento da redução remuneratória deixou de ter aplicação pelo facto da mesma ter sido extinta a partir 1 de Outubro último, por força da aplicação da alínea d) do artigo 2.º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de Dezembro. -----



----- Por sua vez, a Lei n.º 42/2017, de 28 de dezembro (Lei que aprova o Orçamento de Estado para 2017 – LOE2017), no n.º 1 conjugado com o n.º 7 do seu artigo 51.º, estabelece no mesmo sentido de que para as autarquias locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, designadamente dos contratos de prestação de serviços na modalidade de avença, agora em análise, carece de parecer prévio vinculativo, dependendo este do cumprimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a c) do n.º 2 do mesmo artigo, sendo da competência da Câmara Municipal a emissão desse parecer de acordo com o n.º 1 do artigo 6.º do supracitado Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro. -----

----- Considerando o crescente aumento do parque informático instalado nos diversos serviços municipais quer nas escolas do ensino pré-escolar público e nas do 1.º ciclo do ensino básico que obriga principalmente nestas últimas, uma deslocação quase diariamente de meios humanos para fazer a sua manutenção e reparação. -----

----- Considerando, ainda, a constante solicitação por parte dos utilizadores dos terminais de computadores, para solucionar problemas de funcionamento da rede informática e ou do próprio equipamento; -----

----- Considerando que o website do Município, lançado há cerca de onze anos, não sofreu qualquer alteração quanto ao melhoramento no seu acesso e consulta dos diversos documentos e decisões municipais que a lei impõe que aí sejam publicitados e que brevemente terá um novo layout de interface intuitivo e visual, em que o cidadão conseguirá mais facilmente interagir com os diversos serviços municipais, através das suas ferramentas online e, em tempos de interatividade e de redes sociais, o seu conteúdo poderá ser partilhado através do “twitter” e “facebook”, e ao mesmo tempo garantir a sua permanente manutenção; -----

----- Considerando que apesar do esforço demonstrado pelo funcionário responsável destas tarefas, se revela necessário dar uma maior capacidade de resposta a todas as solicitações de intervenção, tendo em vista o aumento da eficiência e eficácia dos serviços municipais; -----

----- Considerando a impossibilidade de satisfazer esta necessidade através de trabalhadores providos no mapa de pessoal, dado não possuírem as habilitações acima referidas. -----

----- Considerando ser intenção, celebrar um contrato de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença, pelo prazo de um ano, prorrogável por iguais períodos, até ao limite de três anos. -----





----- Considerando que a Assembleia Municipal em sessão de 23 de novembro do ano transato, para efeitos do previsto na al.<sup>a</sup> c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, alterada pelas Lei n.ºs 20/2012, de 14 de Maio, 64/2012, de 20 de Dezembro, 66-B/2012, de 31 de Dezembro, e 22/2015, de 17 de Março, e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, alterado pelas Leis n.ºs 64/2012, de 20 de Dezembro, 66-B/2012, de 31 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 100.000 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- Considerando o disposto no artigo 265.º da LTPF, em que nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a contratação de prestação de serviço, sem prejuízo do regime da mobilidade, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa, cujos termos e tramitação desse procedimento prévio se encontra regulado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro. -----

----- Considerando que esta matéria foi objeto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direcção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cuja solução interpretativa homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 15 de Julho último, refere que as autarquias locais não têm que consultar a Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), entidade gestora do sistema de requalificação e da definição e controlo das políticas de recrutamento interno e externo na Administração Pública, no âmbito do procedimento prévio de recrutamento dos trabalhadores em situação de requalificação. -----

----- Considerando que, no mesmo sentido, se pronunciou a Secretaria de Estado da Administração Pública, conforme Nota n.º 5/JP/2014, que mereceu a concordância do Senhor Secretario de Estado em 10 de Julho do corrente ano. -----

----- Considerando que nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, no caso das autarquias locais, a entidade gestora da mobilidade especial autárquica (EGMA), a constituir no âmbito das áreas



metropolitanas e comunidades intermunicipais são as EGRAS (Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias). -----

----- Considerando que de acordo com o artigo 16.º-A, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aditado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, caso a EGRA não esteja constituída, que é o caso que se verifica na Comunidade Intermunicipal do Douro, conforme declaração emitida em 10 de Dezembro de 2014, a lista nominativa dos trabalhadores que são colocados em situação de requalificação, a entidade que os colocou nessa situação assume a posição de EGRA para todos os efeitos, ou seja, a função é desempenhada nos municípios pelo presidente da câmara municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do referido Decreto-Lei, na sua atual redação. -----

----- Considerando que o contrato a celebrar tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo (alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º da LTFP), em que o serviço será prestado e executado pelo contratado, sem imposição de horário, com autonomia técnica e sem obediência a ordens diretas relativamente ao modo da sua execução, considerando-se, portanto, como trabalho não subordinado (alínea a) , do n.º 1 do artigo 32.º da LTFP), revelando-se, por isso, inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----

----- Considerando a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, verifica-se a inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; -----

----- Dada a natureza -----

----- Considerando que o preço estimado do contrato é de 11.941,12 € anuais, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Considerando que com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços referido, irá ser adotado o procedimento de ajuste direto com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

----- Considerando o disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 49.º da LOE 2017, verifica-se que o valor estimado do contrato referido não ultrapassa os valores globais pagos em 2016 referentes a contratos celebrados com idêntico objeto e ou contraparte. -----

----- Considerando que de acordo com a declaração emitida pelos Serviços de Contabilidade, anexa à presente proposta, a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa





tem cabimento orçamental na rubrica 02/01.01.07 – Pessoal em regime de tarefa ou avença, que possibilita a celebração do contrato em apreço. -----

----- Assim, propõe-se ao Executivo Municipal que delibere no sentido de: -----

- a) Considerar a prestação de serviços em apreço na modalidade de contrato de avença, execução de trabalho não subordinado, para o qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----
- b) Emitir, por força da conjugação do disposto no n.º 1 e no n.º 7 do artigo 51.º, da LOE 2017 e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro com a redação dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, autorização prévia favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença, pelo prazo de um ano, prorrogável por iguais períodos, até ao limite de três anos, uma vez que se encontram reunidos todos os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho e no n.º 2, do artigo 51.º, da LOE 2017. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade:** -----

- a) **Considerar a prestação de serviços em apreço na modalidade de contrato de avença, execução de trabalho não subordinado, para o qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público.** -----
- b) **Emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de Prestação de Serviços de Assessoria na Área da Informática, nos termos da informação dos serviços.** -----





**Desafetação de um Troço de 620 m<sup>2</sup> da Estrada Afeta ao  
Domínio Público que Liga o Lugar de Cabo de Vila ao do  
Picoto para o Domínio Privado do Município, Destinada à  
Construção - Freguesia de Fontes**

----- 2 – Presente à reunião, proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “I – ENQUADRAMENTO -----

----- Em 30 de Novembro, de 2006, foi outorgado entre o Município de Santa Marta de Penaguião e o Sr. Luís Augusto de Carvalho Silva e esposa Auzenda Elvira de Mesquita Carvalho, um Contrato de Promessa de Permuta. -----

----- O contrato descrito visa a permuta de um troço de 620 m<sup>2</sup>, da estrada afeta ao domínio público, que liga o lugar de Cabo de Vila ao do Picoto na freguesia de Fontes, propriedade do Município por uma parcela de terreno, com a área de 582 m<sup>2</sup>, a desanexar do prédio misto, sito no lugar de Cabo de Vila, inscrito na matriz predial rústica com o n.º 1696-B, da freguesia de Fontes e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 01354/0041292, propriedade do Sr. Luís Augusto de Carvalho Silva e esposa Auzenda Elvira de Mesquita Carvalho. -----

----- Ora, considerando que até à data não foi celebrado o contrato de permuta dos bens supra, não confere às partes a prerrogativa de desistir do negócio. -----

----- Perante esta factualidade, o Município necessita de diligenciar a efetivação de todos os atos necessários à desafetação da aludida estrada, cuja, a finalidade é a construção, para que seja incorporada no domínio privado municipal. -----

----- II – DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- *Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal:* -----

----- A desafetação para o domínio privado do Município, e para os fins anteriormente enunciados – construção – de um troço de 620 m<sup>2</sup> da estrada afeta ao domínio público, que liga o lugar de Cobo de Vila ao do Picoto na freguesia de Fontes, sito no lugar do cabo de Vila, que não se encontra inscrita na matriz cadastral, da freguesia de Fontes, nem descrita na Conservatória do



Registo Predial de Santa Marta de Penaguião, e confronta: a Norte e Sul com Luís Augusto de Carvalho Silva, Poente com Caminho Municipal 1240 e Nascente com a Rua Fundação Dr. Carneiro Mesquita, conforme processo n.º 02/17, em anexo à presente proposta. A referida estrada encontra-se graficamente representada na planta (anexo I) que contem os elementos essenciais, designadamente, as suas confrontações e respetiva área, com vista à sua ulterior inscrição matricial. -----

----- Obtida tal decisão administrativa por parte do órgão deliberativo, deverá o presente processo ser remetido a unidade orgânica responsável pelo património da Autarquia, com vista à prática de todos os atos necessários ao efetivo registo da aludida parcela em nome do Município, designadamente, divulgação pública de tal desafetação através de Edital, sua inscrição matricial e posterior registo na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, a desafetação da parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município, nos termos da proposta e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, noa termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

#### **Desafetação de uma Parcela Dominial para o Domínio Privado do Município, Destinada a Afetar à Construção – Freguesia de Sever**

----- 3 – Presente à reunião, proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “I – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS -----

----- Considerando que: -----

----- Nos termos do disposto na alínea a), do nº2, do artigo 23º, sob a epígrafe “Atribuições do Município”, do Anexo I à Lei nº 75/13, de 12, de Setembro, que estabelece o quadro de





transferências de atribuições para as autarquias locais os municípios dispõem, entre outras, de atribuições na área do Equipamento rural e urbano. -----

----- Da execução da Estrada Municipal 304, resultou uma parcela remanescente sito no lugar da Nossa Senhora do Bom Despacho, com a área de 38,63 m<sup>2</sup>, freguesia de Sever, que nunca foi ocupada, ou seja, encontra-se atualmente sem aproveitamento e integrada na esfera do domínio público da autarquia. -----

----- O Executivo Municipal tem associado à sua estratégia uma política de qualidade ambiental urbana para os seus aglomerados urbanos, torna-se imperioso que a parcela de terreno "in casu", cuja, a finalidade é a construção, seja incorporada no domínio privado Municipal. -----

----- II – DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- *Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal:* -----

----- A desafetação para o domínio privado do Município, e para os fins anteriormente enunciados – construção – da parcela de terreno, sito no lugar da Nossa Senhora do Bom Despacho, com a área de 38,63 m<sup>2</sup>, que não se encontra inscrita na matriz cadastral, da freguesia de Sever, nem descrita na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião, e confronta: a Norte com a Capela da Nossa do Bom Despacho, Poente com a Estrada Municipal 304 e a Sul e Nascente com o Município de Santa Marta de Penaguião, conforme processo n.º 01/17, em anexo à presente proposta. A referida parcela de terreno encontra-se graficamente representada na planta (anexo I) que contem os elementos essenciais, designadamente, as suas confrontações e respetiva área, com vista à sua ulterior inscrição matricial. -----

----- Obtida tal decisão administrativa por parte do órgão deliberativo, deverá o presente processo ser remetido a unidade orgânica responsável pelo património da Autarquia, com vista à prática de todos os atos necessários ao efetivo registo da aludida parcela em nome do Município, designadamente, divulgação pública de tal desafetação através de Edital, sua inscrição matricial e posterior registo na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a desafetação da parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município, nos termos da**





proposta e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal,  
noa termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º  
75/2013, de 12 de Setembro. -----

**Freguesia de Fontes – Toponímia da Freguesia de Fontes (Lugares  
de Soutelo, Póvoa da Serra, Justos, Tabuadelo e Crestelo)**

----- 4 – Presente à reunião ofício da Freguesia de Fontes, do seguinte teor: -----

---- “Dada a não existência de toponímia e numeração nos lugares da Freguesia acima referidos, entendeu por bem este órgão executivo, a exemplo do que foi feito anteriormente nas outras freguesia do Concelho, elaborar propostas que agora apresentamos a V. Exas afim de se analisada pelos serviços competentes e avaliada pelo executivo Municipal. Esta proposta, incide unicamente sobre os lugares acima referidos, uma vez que no núcleo central da Freguesia já existia toponímia e numeração policial feita pelo executivo anterior. Foi já aprovada em Assembleia de Freguesia e elaborada pela Gersi, gabinete de estudos regionais, que executou os anteriores trabalhos nas Freguesias do Concelho. Houve o cuidado da execução dos trabalhos obedecer à mesma metodologia dos anteriores, para não levantar problemas de uniformização.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade:** -----

- a) Na generalidade a proposta elaborada pela Junta de Freguesia, assumindo-a como iniciativa da Câmara Municipal, por ser este o órgão com competência para estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, ao abrigo da alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- b) A alteração da denominação da Rua Francisco Ribeiro no lugar de Soutelo, passando o respetivo arruamento a denominar-se Rua de Soutelo, fundamentada na coerência da justificação vinculada para a Rua da Póvoa da Serra, para a Rua de Justos e para a Rua de Crestelo; -----



c) Solicitar à Junta de Freguesia o parecer nos termos da disposição legal referida na alínea a) da presente deliberação. -----

**Reunião de Trabalho da Associação de Município da Rota  
Estrada Nacional 2 – Autorização da Despesa**

----- 5 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Reunião do Turismo de Portugal, Entidades Regionais do Turismo de Portugal e Operadores Turísticos Nacionais com a Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2. -----

----- Todas as entidades com relevância no Turismo de Portugal, de norte a sul, públicas e privadas irão juntar-se no dia 13 de fevereiro, em Santa Marta de Penaguião, para abordar os aspetos relacionados com a dinamização da EN2, na sequência da criação da referida Associação no passado mês de novembro. -----

----- Esta reunião visa a valorização das infraestruturas e necessidades de intervenção no território; estruturação de produto; conceito/imagem e promoção e comercialização. -----

----- Todos os contributos para esta fase inicial, de definição de abordagens, são relevantes. E todos os apoios imprescindíveis. -----

----- Considerando a distância da deslocação de algumas entidades para participarem na reunião; -----

----- Considerando a logística normal ao funcionamento de uma reunião de trabalho; -----

----- Considerando a boa imagem de bem receber que SANTA MARTA vincula; -----

----- Vimos propor a autorização da realização de despesas para a atividade até ao valor de 500€.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização da despesa até ao montante de 500,00€ (quinhentos euros).** -----



**Reunião da Comunidade Intermunicipal do Douro**

**– CIMDOURO – Autorização da Despesa**

----- 6 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Pela segunda vez consecutiva neste mandato, Santa Marta de Penaguião recebe os 19 Presidentes dos Concelhos pertencentes à Comunidade Intermunicipal do Douro – CIM Douro. --

----- Neste sentido e fazendo justiça à imagem de hospitaleira da nossa Padroeira, SANTA MARTA, o Município preparará um momento e uma receção digna e diferenciada. -----

----- Para tal propomos a autorização da realização de despesas até 500,00€.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização da despesa até ao montante de 500,00€ (quinhentos euros).** -----

**Visita sua Excelência Primeiro-Ministro Dr. António Costa**

**Autorização da Despesa**

----- 7 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, vem em visita oficial ao nosso Concelho no próximo dia 10 do corrente mês (sexta-feira). -----

----- Do programa protocolar consta a sua receção e visita à Escola EB 2,3 de Santa Marta de Penaguião e a sua deslocação à Vila da Cumieira, para lançamento da primeira pedra ao Hotel MAGNIFICATwine SPA 5\*, pelo que se propõe ao Executivo Municipal que autorize a realização das correspondentes despesas até ao valor de 1.500,00€.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização da despesa até ao montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros).** -----





**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,  
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do Presidente  
da Câmara Municipal**

----- 8 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 09 a 30 de janeiro de 2017. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Serviços Tesouraria**

**Resumo dos Fluxos de Caixa de 13 de janeiro a 02 de  
fevereiro de 2017**

----- 9 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 13 de janeiro a 02 de fevereiro de 2017, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	02/02/2017
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		179 066,71	Despesas Orçamentais (*)	544 061,98
Execução orçamental	109 160,22		Correntes	402 520,07
Operações de tesouraria	69 906,49		Capital	141 541,91
			(*) Compromissos	4 143 462,56
Receitas Orçamentais		474 178,72	Operações de tesouraria	25 048,34
Correntes	439 996,72		Saldo para o dia seguinte:	122 181,00
Capital	34 182,00		Execução orçamental	39 276,96
Operações de tesouraria		38 045,89	Operações de tesouraria	82 904,04
Total		691 291,32	Total	691 291,32

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



**DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA**

**Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador  
em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes**

----- 10 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de janeiro de 2017 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais e na  
Defesa do Ambiente – Protocolo em Parceria com a Quercus**

----- 11 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I – Enquadramento-----

----- A Quercus é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) portuguesa fundada a 31 de outubro de 1985. -----

----- É uma associação independente, apartidária, de âmbito nacional, sem fins lucrativos e constituída por cidadãos que se juntaram em torno do mesmo interesse pela Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais e na Defesa do Ambiente em geral, numa perspetiva de desenvolvimento sustentado. -----

----- Ao longo dos anos, a Quercus tem vindo a ocupar na sociedade portuguesa um lugar simultaneamente irreverente e construtivo na defesa das múltiplas causas da natureza e do ambiente. O seu âmbito de ação abrange hoje diversas áreas temáticas da atualidade ambiental,



onde se incluem, além da conservação da natureza e da biodiversidade, a energia, a água, os resíduos, as alterações climáticas, as florestas, o consumo sustentável, a responsabilidade ambiental, entre outras. Este acompanhamento especializado é, em grande parte, suportado pelo trabalho desenvolvido por vários grupos de trabalho e projetos permanentes. -----

---- II – Apreciação da proposta em sentido estrito-----

---- A celebração de um protocolo entre a Quercus e o Município de Santa Marta de Penaguião consistirá no desenvolvimento de ações na área ambiental, nomeadamente: -----

- Promover junto da comunidade o projeto de recolha de rolhas de cortiça – GreenCork, inaugurando um ponto de recolha juntamente com uma ação de sensibilização; -----
- Desenvolver uma atividade, num evento municipal (feira/evento desportivo/seminário ou datas assinaláveis) a definir pelo primeiro outorgante dentro das seguintes áreas: sustentabilidade, gestão de resíduos, gestão da água, reutilização de materiais, agricultura biológica, entre outras. A Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião pode ainda optar pela realização um percurso pedestre interpretativo no município, em substituição da atividade atrás referida; -----
- Construção de 3 caixas ninho em 4 turmas de escolas a designar pelo município, colocação e monitorização das mesmas e ainda a organização de um concurso para a “Caixa Ninho + Original”; -----
- Referenciar o primeiro outorgante como apoio, nas iniciativas realizadas e documentação produzida ou desenvolvida; -----
- Promover junto da opinião pública as atividades realizadas em parceria com o primeiro outorgante, através dos meios de comunicação da Quercus A.N.C.N. (Minuto Verde (sempre que se justifique); Jornal Quercus Ambiente, Newsletters semanal da Quercus, redes sociais). -----

---- O apoio da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião consistirá na atribuição à Quercus A.N.C.N. uma comparticipação financeira anual no valor de 500€ (Quinhentos euros). --

---- Caso a presente proposta mereça a concordância do Exmo. Sr. Presidente de Camara, deverá ser levada a reunião de Camara para aprovação.” -----

---- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o protocolo de parceria entre o Município e a Quercus – Associação Nacional da Conservação da Natureza, nos**





termos da informação dos Serviços Técnicos e atribuir uma  
comparticipação financeira no valor anual de 500,00€ (quinhentos  
euros). -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO  
AÇÃO SOCIAL E TURISMO  
Serviços da Educação**

**Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – 1º Curso  
de Formação de Professores para a Preservação e  
Valorização do Douro Património Mundial**

----- 12 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva,  
com o seguinte teor: -----

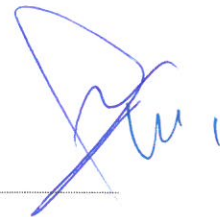
----- “O Departamento de Educação e Psicologia da Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro  
vai organizar o 1º curso de formação de professores para a preservação e valorização do Douro  
Património Mundial. -----

----- Considerando que os objetivos são o de valorizar o papel de todos os educadores e  
professores enquanto agentes fundamentais na construção de uma aprendizagem apaixonada e  
criativa e sensibilizar para a importância da preservação dos bens patrimoniais como elementos  
de reforço da identidade nacional e cultural. -----

----- Considerando a relevância da temática em causa e atendendo que é do interesse de todos  
nós defender, preservar e valorizar a região demarcada do Douro. -----

----- Propõe-se que o Executivo Municipal delibere o apoio no valor de 150 euros à Universidade  
de Trás-os-Montes e Alto Douro para a realização do 1º Curso de Formação de Professores para  
a Preservação e Valorização do Douro Património Mundial.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um apoio no valor de 150,00€ (cento e  
cinquenta euros) à UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto  
Douro. -----**



**Bolsa de Estudo – Ano Letivo de 2016/2017**

----- 13 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Com base no regulamento municipal para atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentam o Ensino Superior, republicado a 12 de dezembro de 2016, foi deliberado em reunião de câmara do passado dia 18 de outubro de 2016, atribuir 50 bolsas de estudo no valor individual de 500 euros. -----

----- Decorrido o período de candidaturas e de análise prévia das mesmas, verificou-se que, das 72 candidaturas apresentadas, 54 reúnem todos os requisitos previstos em regulamento para receber a referida bolsa. Acresce ainda uma que se encontra ainda em processo de apreciação, uma vez que no presente momento, ainda não é possível aferir sobre o aproveitamento escolar do candidato em questão, situação que já é reincidente. -----

----- Assim e tendo em conta a importância que este apoio tem para os alunos e seus familiares;

----- Tendo em conta que, apesar de cumprirem todos os requisitos, no total 5 dos candidatos poderão não ser contemplados. -----

----- Propõe-se que seja mantido o valor individual de 500€ e se alargue para 55 o número de bolsas de estudo a atribuir.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, alterar para 55 o número de bolsas de estudo a atribuir no ano letivo 2016/2017, nos termos da proposta.** -----

**Serviço da Cultura**

**VIII – Noite de Fados – Autorização da Despesa**

----- 14 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Pelo VIII ano consecutivo, O Município leva a cabo uma noite de Fado, em parceria com o Grupo de Fados Terras de Penaguião. -----

----- Sempre diferente, sempre inovadora, esta noite tem percorrido vários cenários ao longo dos anos e tem sido trilhada por vários artistas, inclusive nacionais. -----



Este ano, teremos não uma, mas duas noites de fado. Os dias 10 e 11 de Fevereiro irão ser de festa, muita música e muita alegria. -----

----- No dia 10, e retomando uma "divergência" da edição de 2014, iremos dar voz a todos os amantes de fado, e no dia 11, o Grupo de Fado Terras de Penaguião, abrilhantarà a noite. Mas porque SANTA MARTA aposta sempre na diferença, este ano associamo-nos à Turismo Porto e Norte, e durante as duas noites, num ambiente extraordinário, criado propositadamente para o evento, haverá também Gastronomia. -----

----- Bom vinho e boa comida marcarão a boa mesa das duas noites. A AVAS - Associação Aromas Vinhos e Sabores de SANTA MARTA, preparou para o dia 10 uma noite de iguarias típicas do concelho, que passará, entre muitas outras iguarias e delícias, por fritas de castanha, castanhas picas e pataniscas. Em cada barraquinha uma descoberta. -----

----- Dia 11, o cabrito assado com arroz de forno e batata assada farão reviver velhos tempos. A não deixar ao acaso, o néctar tão maravilhoso e saboroso, como não há igual. Tinto, branco ou rosé, com um portinho no final, não hão-de faltar. -----

----- Considerando que o cenário é metade do espetáculo e envolve alguma despesa; -----

----- Considerando que aos participantes do dia 10 será dada uma senha para a refeição no local; -----

----- Considerando a participação do Grupo Regional "Terras de Penaguião" do Guitarrista e Fadista, as deslocações, refeições, o aluguer de som e a entrega de lembranças, bem como a divulgação e promoção do evento que será realizado em parceria com a Região de Turismo Porto e Norte de Portugal (RTPNP). -----

----- Propõe-se Executivo Municipal que delibere autorizar a realização de despesas até ao montante de 3.000,00€." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização da despesa até ao montante de 2.400,00€ (dois mil e quatrocentos euros) e proceder à transferência de 600,00€ (seiscentos euros) para o Grupo Regional "Terras de Penaguião".** -----





### **Serviço da Ação Social**

#### **Associação Humanitárias de Bombeiros**

##### **– Participação Financeira**

----- 15 – Presente à reunião informação dos Serviços de Proteção Civil Municipal, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com o protocolo de cooperação celebrado entre o Município de Santa Marta de Penaguião e as Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho e, tendo em consideração, que os bombeiros são o primeiro agente de proteção civil, na defesa da vida e dos bens da população, deve, a Câmara Municipal, ao abrigo do nº 1 da Cláusula 3ª do referido protocolo, definir a participação financeira para o ano de 2017 a atribuir às associações de acordo com o nº 2 da Cláusula referida” -----

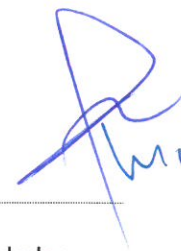
----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma participação financeira no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros) a cada uma das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho e proceder ao pagamento de acordo com a Cláusula 3.ª do protocolo celebrado a 11 de maio de 2015.** -----

#### **A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento**

##### **Pedido de Participação Financeira**

----- 16 – Presente à reunião ofício da A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento, registados sob o n.º 185 de 25 de janeiro do corrente ano, a dar conhecimento que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) do Concelho de Santa Marta de Penaguião (A2000, Fundação Carneiro Mesquita e Fundação Luís Vicente) vão promover durante o ano de 2017 eventos solidários para angariação de fundos. -----

----- Desta forma, solicitam à Câmara Municipal um apoio para a realização dos eventos



solidários, bem como um donativo, que será distribuído em partes iguais pelas três entidades. ---

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 50,00 (cinquenta euros) por cada evento solidário até ao montante de 250,00€. O Senhor Vereador, José Manuel Moreira Lopes, ausentou-se na discussão e votação deste ponto. -----

### **Serviços da Ação Social**

#### **A UDIPSS – União Distrital das Instituições**

##### **Particulares Solidariedade Social de Vila Real**

----- 17 – Presente à reunião carta da UDIPSS – União Distrital das Instituições Particulares Solidariedade Social de Vila Real, dando conhecimento, do aluguer de uma arca frigorífica para o acondicionamento dos géneros (frutas e legumes) obtidos para distribuição às Instituições Particulares de Solidariedade Social do distrito de Vila Real no período de agosto a dezembro de 2016, cujas despesas para o Município de Santa Marta de Penaguião foram de 550,00€.-----

----- Informa ainda que a distribuição de frutas e legumes irá ter continuidade, presumindo-se que a mesma seja até ao final do corrente ano. -----

----- Neste sentido solicitam à Camara Municipal, uma comparticipação financeira para ajudar a custear as referidas despesas. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, proceder à transferência de 550,00€ (quinhentos e cinquenta euros) pelo período de agosto a dezembro de 2016 e autorizar a realização das despesas no valor de 660,00 (seiscentos e sessenta euros), referente ao período de janeiro a junho de 2017, a liquidar em junho de 2017. -----

## APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

### Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião


----- 18 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:15horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)